

**Novas travestilidades:
notas preliminares de um estudo sociológico com travestis adolescentes.**

Tiago Duque, mestrando em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.
Palavras Chaves: travestilidade, adolescência, teoria *queer*.
Simpósio Temático: Sexualidades, corporalidade e transgêneros: narrativas fora da ordem.

A investigação da constituição da identidade travesti na adolescência, isto é, no início de sua publicização e no auge de algumas de suas mudanças corporais, têm possibilitado o levantamento de dados para a compreensão desta cultura sexual em sua gênese contemporânea. As travestilidades são processos identitários pelos quais os sujeitos travestis passam para constituir-se enquanto “femininos”. Larissa Pelúcio (2007) afirma que este termo aponta para a multiplicidade da experiência ligada à construção e desconstrução dos corpos, ainda que haja uma rigidez na gramática de gênero destes sujeitos. Esta rigidez existe devido às suas experiências constituírem-se dentro da heteronormatividade¹, o que não impede que, o corpo travesti preserve a ambigüidade, a surpresa e a confusão dos códigos de inteligibilidade, pois é “um corpo aparentemente feminino que tem entre as pernas um órgão sexual masculino, e mais ainda, faz uso dele” (PERES, 2005:25-26).

O contato deste pesquisador com as travestis adolescentes² se deu via o pertencimento destas a determinadas redes sociais, isto é, o “conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos” (BARNES, 1987). Adotei este procedimento de aproximação por meio das redes, para que se garantisse o acesso a um material que possa minimizar ou, pelo menos, manter relativamente sob controle e reflexão o viés de escolha das entrevistadas (HEILBORN, 2004).

Segundo o que pude pesquisar a respeito da travestilidade no Brasil, até então estudada por diferentes autores (PELÚCIO, 2007; PERES, 2005; BENEDETTI, 2000 e SILVA, 1993, e outros), algumas características comuns formavam o universo das experiências das travestis. Porém, estas características têm sido transformadas significativamente pela experiência de uma nova geração de sujeitos travestis. Joan W. Scott (1998) afirma que não são os sujeitos que têm experiências, antes são as experiências que os constroem, daí ter buscado – no contato com esta nova geração de travestis – identificar e compreender as experiências que marcam suas diferentes formas de entrada nas travestilidades.

As experiências que observei apontam para a necessidade analítica de ampliar a noção de travestilidade também para aqueles sujeitos que já se assumiram travestis e, ainda bastante jovens têm mudado sua autodenominação. Também utilizo o conceito de travestilidade para refletir sobre aquelas experiências de adolescentes que carregam muitas dúvidas sobre o fato de ser ou não ser travesti, sobre se devem, como devem e qual o melhor momento de “assumir” a sua travestilidade.

As dúvidas e questionamentos apresentados pelos sujeitos deste estudo sobre a sua “verdadeira identidade” colocam em xeque a tendência determinista em naturalizar o “ser travesti” presente na geração anterior. Marcos Benedetti (2000) afirmou sobre essa questão que, buscando legitimar este processo de naturalização, as travestis vão ao encontro do que é mais aceitável para a nossa sociedade: que os “desvios” tenham uma causa orgânica ou natural, e não existam por deliberação do sujeito. No entanto, estas lógicas criativas de enfrentamento do estigma que cerca a condição travesti (BENEDETTI, 2000), parecem incapazes de explicar as experiências das novas travestilidades.

Minha etnografia aponta novas características identitárias de sujeitos travestis, que só são possíveis de serem vivenciadas em nossa sociedade contemporânea a partir de outras experiências de travestilidades assimiladas e re-significadas por esta nova geração. Em outras palavras, as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente (SCOTT, 1994), mas se somam ao fato de que “identidades e experiências são, nessa visão, fenômenos variáveis, organizados discursivamente em contextos ou configurações particulares” (SCOTT, 1994: 18).

O que as novas travestilidades, enquanto fenômenos variáveis, têm me mostrado é que, a despeito de toda homofobia que estão expostos em casa desde a infância (BENEDETTI, 2000), parte dos sujeitos que tenho pesquisado não têm rompido os laços com seus familiares. Diferentemente do que ocorria comumente com a geração anterior, muitas travestis adolescentes não têm sido expulsas de casa por seus pais, apresentando uma realidade bastante diferente daquela descrita por PELÚCIO (2007), em que as travestis que se “assumiam” tinham o espaço doméstico da família, via de regra, insustentável.

Junto destes sujeitos, percebo que a permanência em casa se justifica de diferentes formas. Há aquelas travestis que, via prostituição, contribuem financeiramente com as despesas da casa. Há também aquelas em que algum membro com forte liderança na família incentivou o início da *montagem*, propiciando um ambiente não tão hostil a sua expressão identitária.

No entanto, a permanência em casa também pode ser associada à justificativa que traz mais uma característica bastante inovadora do processo de travestilidade, o que tenho entendido analiticamente por *montagem estratégica*. Porém, destaco que o que tenho chamado de *montagem estratégica* está para além dos limites de uma escolha pessoal, de uma simples agência auto-definidora do sujeito. Esta *montagem estratégica* é feita em meio às exigências que o universo social destes sujeitos, muitas vezes, os impõe.

Segundo BENEDETTI (2000), *montagem* é o ato de vestir-se com roupas de mulher. Este termo êmico diz respeito a “um processo de manipulação e construção de uma apresentação que seja suficientemente convincente, sob o ponto de vista das travestis, de sua qualidade feminina”

(BENEDETTI, 2000: 60). O convencimento é garantido também através de outras ações que podem compor a *montagem* em um sentido mais amplo, como os hormônios femininos adotados por travestis desde o final da década de 1960 (GREEN, 2000), e a técnica de aplicação do silicone líquido que, segundo informações do campo, na cidade de Campinas teve seu auge nas décadas de 1980 e 1990.

A *montagem* também tem sido tolerada nos espaços da educação formal. Mesmo na escola, onde a homofobia vem sendo consentida e ensinada, a partir do desprezo, do afastamento e pela imposição ao ridículo daqueles que não se apresentam com comportamentos reconhecidos como heterossexuais (LOURO, 2003); tenho relatos de adolescentes travestis que freqüentam as aulas.

Segundo meus dados preliminares estes adolescentes estão em cursos chamados “supletivos”, em que a sala tende a ter menos alunos e um perfil etário misto. Além disso, há casos de adolescentes em diferentes estágios da *montagem*, desde os com silicone no corpo e nome social feminino respeitado pelos professores, até aqueles que ainda são alocados pela turma como *gays*, mas se sentem travestis, e investem na maquiagem e em algumas peças de roupas “mais femininas”.

Assim, o universo do mercado sexual parece tornar-se não mais o principal destino (muitas vezes tido como o único) para a sociabilidade da experiência da travestilidade como vinha sendo apresentado por outros estudos (SILVA, 1993; BENEDETTI, 2000; DUQUE, 2005; PERES, 2005; PELÚCIO, 2007). Mas, a *pista*, local de prostituição em meio aberto (praça, ruas, avenidas etc.), continua tendo um simbolismo potencialmente explosivo, que permeia a vida diária de muitas travestis adolescentes que tenho observado, simbolismo este que delimita um espaço social/sexual diferente do mundo da normalidade heterossexual, um espaço que é marcado tanto pelo perigo como pelo prazer, e pela constante inversão do que seriam as convenções aceitas (PARKER, 2002).

Na cidade de Campinas há diferentes dinâmicas de prostituição em que as travestis estão inseridas, sejam adolescentes ou não. Em todas elas o papel das cafetinas é fundamental.

As cafetinas são em sua maioria travestis que, entre outras coisas, alugam os quartos de suas casas para que as travestis possam morar, cobrando um valor relativamente alto, intitulado de “diária”. Dinâmica similar é relatada por estudos feitos em outras cidades brasileiras (BENEDETTI, 2000; PELÚCIO, 2007). Algumas delas também são *bombadeiras*, isto é, as responsáveis pela aplicação do silicone líquido.

Sobre as aplicações de silicone líquido, tenho observado que estas travestis adolescentes têm adiado para um futuro próximo a construção dos peitos, aceitando *bombar* apenas pernas e glúteos. Esta nova geração de travestis, quando vislumbra um peito para a composição do seu feminino, sonha com as próteses de silicone. Mesmo assim, esta conquista da prótese de

silicone se dá por intermédio das cafetinas, que tem seus próprios cirurgiões para indicar àquelas que “podem pagar”.

Esta mudança no processo de *montagem* é reflexo das novas tecnologias utilizadas para a construção, nas palavras de BENEDETTI (2000), do “feminino travesti”. Além disso, a noção de “feminino travesti”, com peitos imensos de silicone líquido injetado, vem sendo questionada internamente neste grupo, como mostrou PELÚCIO (2007) em seus estudos. Outro fator a considerar é que os próprios argumentos da redução de danos para usuários de silicone líquido e hormonioterapia têm estado presentes nos discursos dessas adolescentes, quando justificam a espera pela prótese de silicone para os peitos.

Tenho percebido com isso que, a chamada “dor da beleza”, que justificava a *montagem* dos corpos (BENEDETTI, 2000; DUQUE, 2005; PERES, 2005; PELÚCIO 2007), não tem sido mais a mesma. Afinal, as agulhadas de silicone são substituídas gradativamente pela cirurgia plástica. Além disso, o papel das *bombadeiras* tende a se resignificar, e, ao longo do tempo esta categoria pode até deixar de existir, considerando os avanços das tecnologias de constituição dos corpos, ainda que estes sujeitos só tenham acesso a elas em ambientes e através de práticas tidas como clandestinas.

Outras características destas novas travestilidades dizem respeito aos espaços de sociabilidade, em que buscam parceiros afetivos e/ou sexuais. Diferentemente dos *gays* e das lésbicas, as travestis em Campinas não têm espaços específicos constituídos, que garantam a *caça* ou *pegação*, isto é, a paquera e os encontros para namoro e/ou sexo furtivo. Não é a toa que na *pista* há a prática entre as travestis chamada de *vício*, isto é, do sexo feito sem pagamento, com interesse focado na paquera, afeto e prazer. No entanto, o *vício* é uma categoria depreciativa entre as próprias travestis. Afinal, além da *viciosa* não saber separar trabalho de afeto, compromete os negócios por tender a sair de graça com homens desconhecidos, que são vistos como clientes em potencial (PELÚCIO, 2007).

Por isso, o *vício* entre as travestis adolescentes na *pista* tem causado muito conflito com as cafetinas de Campinas. Esta realidade contribui para que a busca por sexo e afeto sem ser pago, invada “espaços *gays*” e espaços tidos como de *heteros*. Uma diferença importante é que comumente nos “espaços *gays*”, alguns dos sujeitos adolescentes que tenho entrevistado vão *desmontados*, acreditando que terão mais chances de encontrar parceiros. Porém, nos “espaços *heteros*”, há um investimento na *montagem*, sabendo que podem encontrar o que procuram devido a sua feminilidade particular.

Esta “escolha” revela o quanto a masculinidade (ainda que seja construída forçadamente por um adolescente efeminado) é valorizada entre os *gays*, comparada com a *montagem*. O mesmo podemos pensar sobre o valor da *montagem* (que faz com que muitos digam

“passar-se por mulher”), comparada com a masculinidade efeminada destes adolescentes *desmontados*, nos ambientes tidos como de *heteros*.

Considerando a diferenciação entre o histórico de violência entre as travestis e os *gays* a partir da valorização da masculinidade, compreendo que estas novas travestilidades, a partir da “*montagem estratégica*”, também permitem alguns sujeitos deslocarem-se, enquanto alvo da violência, em condições sociais de maior ou menor exposição à homofobia, seja nos “espaços *gays*” ou *heteros*.

Sobre a valorização da masculinidade nos universos dos homo-orientados, Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2007) afirmam que o culto ao “‘homem de verdade’ demonstra como o desejo por alguém do mesmo sexo pode se associar a um conformismo à ordem heterossexual, suas normas de gênero, padrões estéticos e até à gramática das relações sexuais” (MISKOLCI & PELÚCIO, 2007: 2).

Tenho observado que este trânsito nos territórios não é característica exclusiva da cidade de Campinas, como aponta a etnografia na cidade de São Paulo, de Júlio Assis Simões e Isadora Lins França (2005). Para estes autores, mesmo nos “espaços *gays*” tidos como “chiques e dourados” a presença de travestis aponta para uma relação ambígua de mútua atração e estigmatização entre os seus freqüentadores e estes sujeitos.

Néstor Perlonger (2005) afirma em relação a este trânsito, visto em um sentido mais amplo, considerando os *michês* e seus clientes na cidade de São Paulo, que há uma “capacidade, exarcebada nos circuitos marginais, de o mesmo indivíduo participar, alternativa ou erráticamente, de diversas redes, algumas delas ‘normais’” (PERLONGER, 2005: 279).

O descrito acima também ocorre com as travestis que tenho entrevistado e observado, sejam as que usam daquilo que já chamei de *montagem estratégica*, seja as *montadas* nos termos das gerações anteriores, que buscam “estar como mulher 24 horas por dia” (DUQUE, 2005). Este trânsito em redes “normais” e “não-normais” vai para além da simples “escolha” por este ou aquele espaço, este ou aquele estilo de vida. Como revela PERLONGER (2005), são os funcionamentos desejantes no campo social, as linhas de fuga que atravessam o *socius*, que arrastam os indivíduos e envolvem-nos. “Não são os indivíduos – essa afirmação é dura – os que decidem ou optam a partir de um ego autoconsciente, os que constroem, por apelar a um clichê, suas identidades e suas representações” (PERLONGER, 2005: 279-280).

Compreendo as redes chamadas de “normais” por PERLONGER (2005) como sendo aquelas que não fluem das margens noturnas da sociedade, que correspondem a uma temporalidade em acordo com o tempo da família e não exercem atividades consideradas ilegais/ímorais (MISKOLCI & PELÚCIO, 2007). Neste sentido, Judith Halberstam (2005) afirma que há usos *queers* de espaço e tempo que se desenvolvem em oposição à família, heterossexualidade e reprodução,

apontando para experiências fora dos seguintes marcadores: nascimento, casamento, reprodução e morte.

Eu tenho percebido estes usos *queers* de espaço e tempo em relação aos sujeitos que vivem as travestilidades na adolescência, usos estes que apontam para outras lógicas de temporalidades, localidades, movimentos, identificações, projetos criativos de vidas e práticas econômicas excêntricas. Porém, sei também de todos os investimentos para que estes usos *queer* de espaço e tempo sejam abandonados em nome da construção de um “projeto de vida”, que não revele a artificialidade das construções privilegiadas de tempo e espaço, que somos empenhados socialmente a valorizar quando se trata, principalmente, de adolescentes.

Junto de adolescentes travestis que passaram por instituições que compõem o Programa de Enfrentamento a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA), percebi que construir e materializar um “projeto de vida”, implica em deixar a *montagem* para a vida adulta para dedicar-se a escola, a família e a religião.

Estas instituições, assim como tantas outras instituições contemporâneas, contribuem para os processos de estigmatização dessas travestis reconhecendo-as apenas como vítimas de suas experiências e não como sujeitos empenhados em constituírem-se desta forma.

Segundo Richard Parker e Peter Angglenton (2001), o estigma tem sempre uma história, e esta história faz com que, pela estigmatização, os sujeitos sejam inseridos de diferentes formas nos sistemas ou estruturas de poder. Aqui, então, fica claro que o estigma tem relação direta com a questão da desigualdade social e a discriminação que as travestis têm enfrentado em Campinas e no Brasil.

Assim, estas novas travestilidades, além de visibilizar novos aspectos e noções de travestilidades até então não estudadas, têm me mostrado o quanto estas experiências *queers* de vida na adolescência frutificam-se nas margens de uma sociedade contemporânea heteronormativa, que quer, mas não é capaz de ordenar inteiramente os estilos e projetos de vida dos seus sujeitos.

Referenciais Bibliográficos

- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global Universitária, 1987. p. 159-189.
- BECKER, Daniel. **O que é adolescência**. (Coleção Primeiros Passos, 78). São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986.
- BENEDETTI, Marcos R. **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Dissertação de Mestrado), 2000.
- CAMPINAS/SP. Comissão permanente de direitos da criança e do adolescente da Câmara Municipal. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. 2003.

- DUQUE, Tiago. **Montadas para toda a vida? O uso do silicone líquido na construção da identidade travesti**. Campinas: Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Trabalho de Conclusão de Curso), 2005.
- GREEN, James N. **Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- HALBERSTAM, Judith. **In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives**. New York and London, New York University Press, 2005
- HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário**: Rio de Janeiro, Garamond, 2004. pp. 69-106.
- LOURO, Guacira L. (Org) “Pedagogias da Sexualidade”. In: **O corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 7-34.
- MISKOLCI, Richard & PELÚCIO, Larissa. **Apresentação: Aquele não mais obscuro negócio do desejo**. 2007. (no Prelo)
- PARKER, Richard & ANGLENTON, Peter. 2001. **Estigma, Discriminação e Aids. Col. Abia – Cidadania e Diretos, nº 1**. Rio de Janeiro. Abia. Disponível *on line* em: <http://www.soropositivo.org/abia/estigma/3.htm>. Acesso em: 28 de setembro de 2007.
- PARKER, Richard G. **Abaixo do Equador – Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro, Record: 2002.
- PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne e na pele – ma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids**. São Carlos/SP: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos. (Tese de Doutorado). 2007.
- PERES, Wilson Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Programa de Pós- Graduação em saúde coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. (Dissertação de Doutorado) 2005.
- PERLONGHER, Néstor. “Territórios Marginais”. In: **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. (Orgs.) GREEN, James & TRINDADE, Ronaldo. São Paulo: Editora UNESP, 2005. pp. 263-290.
- SCOTT, Joan Wallach. “A Invisibilidade da Experiência”. In: **Projeto História**. São Paulo, 1998, p.297-325.
- SCOTT, Joan Wallach.. Prefácio a “Gender and politics of history”. **Cadernos Pagu – Desacordos, desamores e diferenças**. Campinas: UNICAMP, V. 3, p. 11-27, 1994.
- SIMÕES, Julio Assins & FRANÇA, Isadora Lins. “Do ‘gueto’ ao mercado”. In: **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. (Orgs.) GREEN, James & TRINDADE, Ronaldo. São Paulo: Editora UNESP, 2005. pp. 309-336.
- SILVA, Hélio R. S. **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ISER, 1993.

¹ Segundo Miskolci e Pelúcio (2007), heteronormatividade sintetiza o conjunto de normas prescritas, mesmo que não explicitadas, que marcam toda a ordem social e não apenas no que concerne a escolha de parceiro amoroso. Refere-se também ao conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apóiam na heterossexualidade como central.

² Não tomo o conceito de “adolescência” como um referencial etário fixo, rígido, limitado e aprisionador como o do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, “pessoa entre doze e dezoito anos” (CAMPINAS, 2003). Afinal, a adolescência em nossa sociedade “vem se tornando um período cada vez mais longo e mais complexo” (BECKER, 1986). Portanto, neste artigo, compreendo o “ser adolescente” como a experiência social entre infância e vida adulta, e como um conceito auto-definidor desses sujeitos.